



TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 030/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2024

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço em confecção de uniformes, com foco na padronização e identificação, visando atender às demandas operacionais do consórcio.

2. DESCRIÇÃO

CAMISA MANGA LONGA	QUANTIDADE	TAMANHO	SEXO
	1	GG	MASC
	2	P	FEM
	3	M	FEM
CAMISA MANGA CURTA	QUANTIDADE	TAMANHO	SEXO
	1	GG	MASC
	2	P	FEM
	3	M	FEM
CALÇA BRIM	QUANTIDADE	TAMANHO	SEXO
	2	G	MASC
	4	GG	MASC
MACACÃO BRIM	QUANTIDADE	TAMANHO	SEXO
	2	GG	MASC
JALECO BRIM	QUANTIDADE	TAMANHO	SEXO
	1	GG	UNISSEX
	1	G	UNISSEX
	2	M	UNISSEX
CAMISETA MANGA LONGA	QUANTIDADE	TAMANHO	SEXO
	4	G	MASC
	2	GG	MASC

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A justificativa para a compra de uniformes e coletes de fiscalização ambiental está diretamente relacionada à necessidade de padronização, segurança e identificação adequada dos agentes durante a execução de suas atividades. Os uniformes garantem que os fiscais



ambientais sejam facilmente reconhecidos por comunidades, empresas e demais partes envolvidas, o que aumenta a legitimidade e a autoridade nas ações de fiscalização.

Além disso, os uniformes e os coletes de fiscalização possuem papel fundamental em garantir a segurança dos fiscais, principalmente em áreas de risco, como zonas de desmatamento, áreas de preservação ambiental ou locais de intervenção industrial. A aquisição desses equipamentos proporciona não apenas proteção física, como também facilita o cumprimento das normas regulamentadoras de saúde e segurança no trabalho.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de uniformes para os servidores públicos faz-se necessária para padronizar a vestimenta dos mesmos durante a prestação dos serviços públicos.

Os trabalhadores desempenham, em sua maioria, as suas funções fora das secretarias, muitas vezes se deslocando para fazer estudo técnico e vistoria, visto que são seis municípios participantes do Programa de Licenciamento Ambiental, para conseguir atender as demandas. Percebe-se que, por vezes, a população, ao não reconhecer os servidores em exercício, se sente insegura em recebê-los em sua residência, o que, além de causar desconforto ao cidadão, também faz com que o próprio agente público não se sinta confiante e seguro durante a prestação dos serviços.

4.1 MOTIVAÇÃO

Os seguintes fatores motivaram essa contratação:

- a. Maior credibilidade aos trabalhos prestados.
- b. Assegurar a conformidade com as normativas vigentes.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos decorrentes deverão observar as disposições estabelecidas no art. 75, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021, que trata da possibilidade de dispensa de licitação para contratações que não excedam determinados valores, conforme especificado na legislação.

Art. 75. É dispensável a licitação: [...]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras; [...]

§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei. [...]

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Prevê o art. 72, inciso IV, da Lei Federal n. 14.133/2021 que o dispêndio financeiro resultante da contratação que se pretende realizar deve ser compatível com a previsão de recursos orçamentários da administração:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...] IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; [...]

As despesas para a execução do objeto do presente Processo Administrativo Licitatório ocorrerão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024, com a seguinte classificação e valores, conforme demonstrativo acostado em anexo a este Termo de Referência e colacionado abaixo.

Entidade: CIMAM - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO

01.001 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINARITÁRIO DA AMNOR / CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINARITÁRIO DA AMNOR

Funcional: 18.542.0003.2.003 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA LICENCIAMENTO AMBIENTAL- PLA

8 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

1.880.0000.0000 - RECURSOS PRÓPRIOS DOS CONSÓRCIOS

Assim, utilizando-se da estimativa do valor da contratação resultante da pesquisa de preços realizada, verifica-se a compatibilidade de valores, conforme saldo atualmente disponível.

7. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

O critério de escolha do fornecedor será exclusivamente menor preço por lote, dentre os orçamentos obtidos. Diante desse critério de escolha torna-se mais vantajosa para o consórcio essa contratação.

8. HABILITAÇÃO

Os documentos a serem exigidos, para fins de habilitação, deverão ser enviados juntamente com o cadastro da proposta inicial.

- a. Certidão Negativa Municipal da sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata;
- b. Certidão Negativa Estadual;
- c. Certidão Negativa Federal;
- d. Certidão Negativa Trabalhista;
- e. Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS;
- f. Certidão de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência;



- g.** Certidão Consolidada de Pessoa Jurídica - TCU;
- h.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

O não cumprimento dos prazos de entrega do objeto acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades.

A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do processo licitatório de dispensa de licitação e seus anexos, notificando imediatamente a empresa e abrindo prazo para correção do problema, sob pena de ser encaminhado o processo para apuração de responsabilidades e aplicação de sanções.

10. VALOR ESTIMADO

Estimado da contratação do objeto é de R\$4.488,00 (quatro mil e quatrocentos e oitenta e oito reais), inferior, portanto, ao limite traçado pelo legislador para a vantajosidade do custo-benefício da realização de licitação, razão pela qual, estando autorizado para tal, realizar-se-á a contratação direta pela dispensa de licitação prevista no art. 75, da Lei Federal n. 14.133/2021.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal n. 14.133/2021, deverá ser designado fiscal de contrato e representante da administração pública para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º do referido diploma legal.

Nos termos do art. 140 da Lei Federal n. 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido, provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, verificando se a publicação cumpriu as exigências de caráter técnico descritas neste Termo de Referência; e, definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante verificação de atendimento das exigências contratuais.

Durante a execução do objeto do contrato fica reservado ao consórcio autonomia para dirimir e decidir todos e quaisquer casos ou dúvidas que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos no Termo de Referência, ou, ainda, nas disposições do Contrato.



O consórcio efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato, podendo, a qualquer tempo, exigir que forneça os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas ao contrato. A fiscalização efetuada não exclui nem reduz as responsabilidades da contratada perante o contratante e/ou terceiros.

A contratada deverá acatar a fiscalização do consórcio quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo a todas às solicitações de informações.

Qualquer comunicação ou notificação do contratante à contratada deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do seu recebimento, submetendo-se, a contratada, às sanções e penalidades cabíveis, caso tal determinação não seja cumprida.

O instrumento de contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, nos casos de (I) dispensa de licitação em razão de valor, bem como, em (II) compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, nos termos do art. 95 da Lei 14.133/2021.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme estabelece o inciso XVI do art. 92 da Lei Federal n. 14.133/2021.

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal,



prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante obriga-se a:

Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no processo licitatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

Efetuar o pagamento no prazo previsto.

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado, observando o seguinte:

- a. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- b. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

14. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

O pagamento do objeto da presente contratação direta, deverá ser feito pela Administração em favor do contratado mediante boleto ou transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do contratado, no prazo de até último dia útil de cada mês após a data de recebimento definitivo do objeto, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na habilitação, exceto no caso de participação de empresas em consórcio.

Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.



CIMAM - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da AMNOROESTE

São Lourenço do Oeste – SC, 01 de Novembro de 2024

Carolina Mazzuco Borges
Agente Administrativo

Vanderlei Sanagiotto
Presidente do CIMAM

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA
E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.